



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1510, DE 2021

Realização de Sessão de Debates Temáticos, em data oportuna, a fim de debater a situação do Mercosul.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PSD Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater a situação do Mercosul e seus desafios.

JUSTIFICAÇÃO

Firmado em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que criou o Mercosul, substituiu a integração bilateral Brasil-Argentina, num contexto de redemocratização, reforma econômica e superação dos potenciais conflitos.

Completando 40 anos, não obstante o declínio do comércio intrabloco nos últimos anos, se considerarmos a evolução das trocas desde a criação do Mercosul, perceberemos que ela subiu dos US\$ 4,5 bilhões, em 1991, ano da assinatura do Tratado de Assunção, para o total de US\$ 41,37 bilhões em 2016, caindo depois devido à grave crise econômica nos dois principais países do bloco, Argentina e Brasil, seguida pela trágica pandemia que ainda assola a humanidade.

É importante assinalar que, para o Brasil, o mercado dos países do Mercosul é sumamente vantajoso, uma vez que aproximadamente 90% dos produtos que a ele exportamos são industrializados e com alto valor agregado. Do ponto de vista político estratégico, o Mercosul contribui para a consolidação do protagonismo regional do Brasil e constitui a base para o fortalecimento da nossa presença no cenário mundial. Assim, a articulação dos interesses regionais



SF/21834.56397-40 (LexEdit)

possibilita uma maior projeção dos objetivos brasileiros em todos os foros internacionais.

Os anos de fartura derivada das commodities e da situação mundial favorável, aliada à harmonia entre os governos da subregião, favoreceram o fortalecimento do Mercosul e sua institucionalização, com criação de suas instituições permanentes e a busca de projetos maiores, como a consolidação de uma união aduaneira e a busca de acordos comerciais com outros países e outros blocos. O mais ambicioso desses projetos, foi a negociação do Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia, que se iniciou em 1999.

O Mercosul e a UE representam, somados, PIB de cerca de US \$ 20 trilhões, aproximadamente 25% da economia mundial, e mercado de aproximadamente 780 milhões de pessoas. O acordo constituirá uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. A UE é o segundo parceiro comercial do Mercosul, que é o 8º principal parceiro extrarregional da UE. A corrente de comércio birregional foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. O Brasil exportou mais de US\$ 42 bilhões para a UE, aproximadamente 18% do total exportado pelo país.

Distintamente da conjuntura favorável entre 1995 e 2015, agora, infelizmente, enfrenta-se situação adversa. Primeiro, a eleição de Jair Bolsonaro, colocou no poder um governo com posicionamento contrário, por princípio, ao multilateralismo e à integração regional, principalmente essas de características Sul-Sul, como se caracteriza a do Mercosul. É uma administração doutrinariamente mais inclinada aos arranjos bilaterais. Em segundo lugar, a grave pandemia da Covid-19, que praticamente paralisou os setores não essenciais da economia, além de impossibilitar os encontros e cúpulas, dificultando ainda mais as tarefas da integração.

Assim, o projeto mais ambicioso de nosso bloco, a constituição de uma área de livre comércio com a União Europeia corre o risco de ser interrompida.

A parte comercial do acordo de associação entre ambos foi assinada em junho de 2019, após 20 anos de negociação. Atualmente, o acordo está em revisão jurídica e, em alguns meses, começaria a ser traduzido para as 23 línguas oficiais do bloco europeu. Depois, iria para ratificação no Conselho Europeu, depois para o Parlamento Europeu e, dependendo do formato, também para os Parlamntos nacionais de cada país da UE e do Mercosul.

No entanto, em outubro do ano passado, a maioria dos parlamentares europeus aprovou um texto afirmando que, do jeito que está, o acordo não será ratificado e que são necessários compromissos ambientais adicionais. O texto era simbólico, mas deixou claro que não haveria apoio suficiente ao acordo no Parlamento. Os negociadores europeus propuseram fazer um “anexo” de compromissos ambientais exigidos pelos Verdes e partidos de esquerda. Seis meses se passaram, houve apenas conversas informais sobre os compromissos adicionais, e o acordo está paralisado.

O novo chanceler brasileiro, Carlos Alberto França, afirmou em audiência na Câmara, no dia 28 de abril de 2021, que, “com otimismo, podemos terminar o processo [do acordo com a UE] até o fim do ano que vem”. Entretanto, praticamente ninguém, no mundo político, empresarial e acadêmico acredita nisso.

É, portanto, para debater essa grave situação que atravessa nosso vital bloco econômico, instrumento essencial para nosso desenvolvimento, que proponho a realização de uma Sessão de Debate Temático sobre o Mercosul, contando desde já com o suporte de todos meus ilustres colegas.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2021.

Senadora Rose de Freitas
(MDB - ES)
Senadora